



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 012/2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7 Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às 09h e 36min (nove horas e trinta e
8 seis minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a
9 tricentésima quadragésima primeira reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os
10 conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Fatima Regina Carlos Saikoski como
11 Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Alexandre da Fontoura Dionello, Eduardo
12 Kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos
13 Santos, Hailton Terra de Jesus, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Marisa Ney
14 Santos de Pinho, Sueli de Fatima Mousquer e os conselheiros suplentes: João Carlos Carpes da
15 Silva, Ana Maria Paula Bueno, Manuel Roberto Escobar e João Antonio Bretanha dos Santos.
16 Justificaram ausência os conselheiros: Alexandre Dias Abreu, Adelto Roher, Maris Regina Vieira
17 Honaiser e Ricardo Zucareli Pulverenti. Aberta a sessão, o Presidente solicitou a leitura da Ata nº
18 011 da sessão do dia 08/05/2012 e em ato continuo colocou-a em discussão, após retificação pelo
19 conselheiro Eros em sua fala a linha 55 a mesma foi aprovada. Logo a seguir foi disponibilizado
20 espaço aos conselheiros para apresentação de informes. O conselheiro Gilmar informa que na
21 edição do DOPA de hoje está sendo publicado o Regimento da Comissão Eleitoral encarregada de
22 coordenar e realizar a eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do
23 PREVIMPA, para o biênio de 2012-2014, designada pela Portaria 44, de 16 de abril de 2012. Este
24 Regimento contém normas e procedimentos do processo eleitoral em estrita observância ao que
25 dispõe a Lei Complementar nº 478/2002, regulamentada pelo Decreto nº 16.600 de 03/02/2010. O
26 conselheiro diz que inicialmente havia sido previsto o prazo de quinze dias úteis para inscrição das
27 chapas e devido ao feriado do dia 07/06/2012 o prazo foi alterado para quatorze dias, uma vez que
28 existem prazos legais que devem ser cumpridos. Tendo em vista que a Procempa não liberou a
29 conferência por código de barras, optou-se em fazer as eleições somente pelo Correio, não haverá
30 eleições presenciais. A Procempa irá fornecer a listagem pelo local de trabalho do servidor e o voto
31 permanece facultativo. O Presidente diz que a reforma da Lei nº 478/2002 definiu, já no pleito
32 anterior, que a CMPA tenha uma eleição a parte e questiona se os ativos da CMPA terão urna
33 coletora, sendo explicado pela conselheira Sueli que todos os votos serão pelo Correio e que na
34 CMPA terá uma urna coletora que poderá ser utilizada pelo servidor ao invés de ir ao Correio. A
35 conselheira Sueli informa que até este momento o governo não apresentou nenhuma proposta de
36 aumento salarial por escrito, diante disto, foi definido na última Assembleia Geral realizada pelo
37 SIMPA, que no dia 22/05/2012 haverá uma paralisação geral e que neste mesmo dia haverá uma
38 Assembleia no Parque Harmonia às 14h. O Presidente questiona qual é o índice de reajuste que a
39 categoria está solicitando, sendo respondido pela conselheira que é 15%, sendo este composto pelo
40 índice de reposição da inflação mais as perdas de anos anteriores. O conselheiro Manuel informa
41 que encaminhou ao Presidente cópia da Lei nº 12.618/2012, a qual trata da Previdência
42 Complementar dos Servidores Públicos Federais. O Presidente solicita a Secretaria que envie a
43 todos os Conselheiros a referida Lei e questiona ao conselheiro Manuel se o texto oficial engloba
44 outros entes federativos. O conselheiro responde que na lei aprovada não inclui outros entes. O
45 conselheiro Rigotti diz que saiu uma normativa do Ministério da Previdência esclarecendo a PEC-
46 70. Em resumo diz que um dos objetivos é explicar como deverá ser a proporcionalização da
47 aposentadoria por invalidez, o conselheiro comprometeu-se de encaminhar a Secretaria deste

48 Colegiado a referida normatização para posterior encaminhamento aos demais Conselheiros.
49 Referindo-se a sua participação ao Congresso realizado na cidade de Palmas – Tocantins, nos dias
50 09 a 12 de maio de 2012, relata que houve pronunciamento do Ministério da Previdência acerca da
51 PEC-70. Também foi apresentada a repercussão das contribuições previdenciárias dos aposentados
52 junto ao Ministério da Previdência. No evento estiveram presentes representantes de 22 Tribunais
53 de Contas, porém o TC do RS não enviou nenhum representante oficial, evidenciando o isolamento
54 do órgão em relação aos demais TC do Brasil. Em relação à determinação do TC do RS de que os
55 RPPS do Estado somente podem investir em bancos públicos, apenas o RS continua com esta
56 prática, uma vez que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que também tinha este
57 entendimento hoje já está com o outro entendimento. Ressalta a importância de participar de
58 eventos como este, pois é oportuno para ampliar os conhecimentos e ver que outros ainda têm
59 dificuldade de entender o assunto Previdência, destacando que a questão da paridade ainda causa
60 surpresa para alguns. O CONAPREV fará outra importante reunião dia 24/05 na cidade de Natal,
61 porém comunica que não poderá participar. O conselheiro informa ainda que a revisão da Lei nº
62 9.717/98 está nos últimos retoques na Casa Civil e haverá muitas mudanças dentre elas o auxílio
63 doença que passará a ser encargo do ente e não dos RPPS. O Presidente faz um destaque referindo-
64 se especificamente nos casos das Câmaras Municipais, com referência aos limites estabelecidos no
65 art.29-A da Constituição Federal onde consta que estas instituições não podem gastar mais de 70%
66 de suas receitas com folha de pagamento, questiona se os 22% enviados aos RPPS estão dentro dos
67 70%. O conselheiro Rigotti diz que existe esta discussão dentro do CONAPREV para que se
68 considere gasto de pessoal os 22% referente a patronal, porém no passivo atuarial não deverá ser
69 considerado verba de pessoal, o Ministério da Previdência entende que não deve ficar dentro dos
70 70%. O conselheiro Rigotti informa ainda que para 2013 estão previstas alterações no sistema de
71 contabilização. A conselheira Fatima lembra a todos que hoje é o dia do assistente social e aproveita
72 para parabenizá-los. Diz que este ano está sendo marcado o dia comemorativo com a reivindicação
73 do cumprimento da Lei nº 12.317/2010, a qual determina a jornada de 30h semanais para o
74 assistente social e que infelizmente ainda não está sendo implementada pelo executivo municipal,
75 solicita aos colegas do Conselho de Administração que apoiem os assistentes sociais nesta luta. Em
76 relação ao seminário que será realizado na cidade de Bento Gonçalves nos dias 23 a 25/05/2012, diz
77 que conforme deliberado em reunião anterior ela e as conselheiras Sueli e Marisa foram indicadas
78 como representantes deste Colegiado, porém devido ao processo de liberação de diárias ter sido
79 concluído somente no dia 14/05/2012, talvez sua participação fique prejudicada, uma vez que para o
80 servidor afastar-se do município há prazo legal para pedido de liberação ao Secretário. Quanto à
81 pauta deliberada para hoje, informa que esta ficou prejudicada diante a manifestação da Diretora-
82 Financeira de que o servidor Tiago Iesbick, membro do Comitê de Investimentos estava
83 impossibilitado de participar da reunião. A referida pauta ficou apazada para o dia 22/05/2012. O
84 Presidente informa que dia 17/05/12 a Comissão de Seguridade Social e Família realizará audiência
85 pública sobre a importância da aprovação da PEC 555/06 que acaba com a cobrança de contribuição
86 previdenciária aos servidores inativos. Na sequência passou a ordem do dia. O Presidente manifesta
87 preocupação deste Conselho em receber processos que demandam pareceres, com pedido de
88 urgência, uma vez que o Regimento Interno deste Colegiado também determina prazos e
89 procedimentos. Como exemplo de sua manifestação relata que o processo de nº 001.005795.12.5 o
90 qual foi aberto pela SMA em jan/12 – assunto: convênio - seguro, somente teve andamento em
91 maio/12 e chegou a este Conselho na sessão de hoje com pedido de urgência. O conselheiro Rigotti
92 diz que entende a manifestação do Presidente quanto à morosidade no andamento do referido
93 processo e ressalta que esta situação deve ser revista independentemente do andamento deste
94 processo junto a este Colegiado. A conselheira Marisa ressalta a importância de não perder o prazo
95 no caso de renovação de seguro, citando a experiência do DEMHAB que por não ter renovado o
96 seguro em tempo hábil quando aconteceu um sinistro com um servidor teve de arcar com todas as

97 despesas. Por fim o Presidente informa que o referido processo trata de seguro obrigatório que será
 98 feito por meio de convênio entre a SMA, PREVIMPA, CMPA e DEMHAB e solicita voluntários
 99 para apreciação do mesmo. Os conselheiros Alexandre Dionello e Marilena Ruschel encarregaram-
 100 se de analisar o processo e apresentar o parecer na sessão do dia 22/05/2012. A conselheira Fatima
 101 ratifica informe da conselheira Sueli acerca da coincidência da reunião do dia 22/05 com a
 102 paralisação dos municipais e pede a reflexão dos Conselheiros, considerando que todos são
 103 servidores e que a participação à reunião prejudicará a participação a luta da categoria e propõe o
 104 adiamento ou cancelamento da mesma. O Presidente diz que é louvável a manifestação da
 105 conselheira Fatima, porém ressalta que a paralisação está prevista para o dia 22/05 e que há uma
 106 negociação em andamento podendo não acontecer à paralisação e caso esta aconteça diz que a
 107 mesma poderá ser prestigiada mesmo com a realização da reunião e propõe que esta se mantenha,
 108 tendo em vista que o assunto que está em pauta também é de extrema importância. A conselheira
 109 Sueli diz que a realidade da PMPA é diferente da CMPA e pressupõe uma manifestação maior, e
 110 propõe que seja alterado o dia da reunião e sugere aos participantes do Colegiado auxiliar na
 111 mobilização dos colegas. A conselheira Fatima corrobora com a conselheira Sueli e retifica sua fala
 112 onde pedia o cancelamento da reunião, mantendo a proposta de alteração da data. O conselheiro
 113 João Carlos também corrobora com a conselheira Sueli quando esta sugere que seja trocado o dia da
 114 reunião. O conselheiro Rigotti diz que o assunto que será discutido na próxima reunião é tão
 115 importante quanto a outras demandas. O conselheiro Eros diz que democracia é entendida como
 116 liberdade de escolha e entende que transferir ou cancelar a reunião é inibir o livre arbítrio. A
 117 conselheira Fatima corrobora com o conselheiro Eros, porém acrescenta que para acontecer à
 118 reunião é necessário quorum, não esta uma questão de livre arbítrio diante da importância das
 119 pautas e discussões deste Conselho. Diante das duas propostas apresentadas: 1- alterar data da
 120 reunião e 2- manutenção da data, o Presidente coloca tema em votação, sendo vencedora por 10
 121 votos a 06 a segunda proposta em relação à primeira. Assim, ficou mantida a data da próxima
 122 reunião para o dia 22/05/2012 que terá as seguintes pautas: 1- Apreciação do parecer acerca do
 123 processo 1.005795.12.5 que será apresentado pelos conselheiros Alexandre Dionello e Marilena
 124 Ruschel da Cunha e 2-visita dos membros do Comitê de Investimentos que abordarão a situação
 125 atual da economia mundial e nacional e, especialmente como o PREVIMPA está trabalhando em
 126 relação às recentes mudanças. Não havendo nenhum outro assunto a ser tratado, o Presidente
 127 encerrou a reunião às 11h (onze horas) e determinou que fosse lavrada a presente Ata que vai
 128 assinada por mim, Fatima Regina Carlos Saikoski conselheira/secretária de mesa e pelos demais
 129 presentes.

130

131

132

133

134 Pedro Luis da Silva Vargas – Presidente

Fatima Regina Carlos Saikoski - Secretária

135

136

137

138 Alexandre da Fontoura Dionello

Eduardo Kreuzer

139

140

141

142 Eros Miguel Sadowoy Martins

Francisco José Menezes da Silva

143

144

145		
146	Gilmar Cardozo dos Santos	Hailton Terra de Jesus
147		
148		
149		
150	Luiz Fernando Rigotti	Marilena Ruschel da Cunha
151		
152		
153		
154	Marisa Ney Santos de Pinho	Sueli de Fátima Mousquer
155		
156		
157		
158	João Carlos Carpes da Silva	Ana Maria Paulo Bueno
159		
160		
161		
162	Manuel Roberto Escobar	João Antonio Bretanha dos Santos